

1 Ata da segunda reunião do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência
2 e Tecnologia do Estado do Tocantins. Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois
3 mil e dez, às nove horas e vinte minutos, no prédio da Reitoria do Instituto Federal de
4 Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins, situado na Avenida Teotônio Segurado,
5 Edifício *Carpe Diem*, sem número, lote três, sétimo andar, plano diretor sul, na cidade de
6 Palmas, Estado do Tocantins, CEP: 77 015-002, reúne-se, em reunião ordinária, sob a
7 presidência da Magnífica Reitora Maria da Glória dos Santos Laia, o Conselho Superior
8 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins,
9 composto pela Reitora, como presidente; pela representação de um terço do número de
10 *Campi*, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco
11 representantes, e igual número de suplentes; pela representação de um terço do número
12 de *Campi*, destinada ao corpo discente, e igual número de suplentes; representação de
13 um terço do número de *Campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o
14 mínimo de dois e o máximo de cinco representantes e igual número de suplentes; por dois
15 representantes dos egressos e igual número de suplentes; por seis representantes da
16 sociedade civil e igual número de suplentes; dois representantes do setor público e/ou
17 empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
18 um representante e um suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria
19 de Educação Profissional e Tecnológica; representação de um terço dos Diretores-gerais
20 de *Campi*, sendo o mínimo de dois e o máximo de cinco e igual número de suplentes. Foi
21 registrada a presença do representante titular do Ministério da Educação, Conselheiro
22 Paulo César Pereira; dos representantes dos diretores dos *Campi*, Fernando Jorge
23 Ebrahim Lima e Silva, 1º titular, Francisco Nairton do Nascimento, 2º titular, Artur Ferreira
24 Lima Neto, 1º suplente, Roberto Lima Sales, 2º suplente; dos representantes dos
25 servidores docentes, Orlando Dias Carneiro, 1º titular, Danilo Gomes Martins, 2º titular,
26 Fábio Silveira Vidal, 1º suplente; dos representantes dos discentes, Jefferson Souza
27 Noronha, 1º titular, Bruno Henrique Fernandes, 2º titular, Albert Lennon Lima Martins, 1º
28 suplente; representantes dos egressos, Timóteo de Sousa Lemes, 1º titular, Fernando de
29 Deus Santos, 2º titular, Wellington Dias da Silva, 1º suplente; dos representantes dos
30 técnicos administrativos, Cícero Salatiel Pereira Lopes, 1º titular, Francisco das Chagas



31 Chaves da Rocha, 2º titular, Éder Brasil de Moraes, 1º suplente, Rozangela Martins da
32 Silva, 2º suplente; da representante da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e
33 Abastecimento do Estado do Tocantins, Viviane Rodrigues Verdolin dos Santos, suplente;
34 do representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins,
35 Antônio Batista de Sá, titular; do representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde
36 do Estado do Tocantins, Getúlio de Souza Araújo, suplente. A presidente do Conselho
37 Superior abre a reunião saudando a todos e informando os pontos de pauta. A presidente
38 esclarece que houve uma alteração no terceiro ponto de pauta relativo à apreciação e
39 aprovação da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato*
40 *Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins e que esse
41 ponto será incluso na pauta das próximas reuniões. Informa ainda que houve uma
42 alteração e correção na linha 137 da ata da primeira reunião. A presidente declara aberta
43 a reunião e apresenta o primeiro ponto de pauta: Convalidação das resoluções *ad*
44 *referendum* do Conselho Gestor. A presidente faz a leitura da resolução nº 001, de 09 de
45 junho de 2009, referente à aprovação dos Projetos dos Cursos de Licenciatura em Física
46 e Matemática do *Campus* Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
47 do Tocantins. A presidente coloca a aprovação da resolução em regime de votação. O
48 Conselheiro Paulo César Pereira, representante titular do Ministério da Educação, pede a
49 palavra para antecipar o seu voto de aprovação e reconhecer a atitude da presidente. Ele
50 ressalta que o Conselho Superior deve não apenas aprovar essas resoluções *ad*
51 *referendum*, como também avaliar os projetos de curso. O conselheiro Paulo César
52 sugere que a ata da primeira reunião seja lida e aprovada no final da reunião. O
53 conselheiro Danilo Gomes Martins, representante dos docentes, 2º titular, solicita que as
54 resoluções *ad referendum* sejam encaminhadas com a mesma antecedência dos outros
55 documentos e que haja um prazo maior para o envio de todos os documentos. O
56 conselheiro Francisco Nairton do Nascimento, representante dos diretores de *Campi*, 2º
57 titular, observa que, antes do início da primeira turma do curso de Agronomia no *Campus*
58 Araguatins, seja feita a resolução de aprovação do curso. A presidente pede a palavra e
59 justifica que a documentação desse curso ainda não está completa. O conselheiro Paulo
60 César pede a palavra e observa que as alterações no projeto do curso devem ser feitas
61 antes da convalidação do Conselho Superior. O conselheiro sugere ainda que os projetos
62 de cursos, antes de serem avaliados pelo Conselho Superior, passem pela análise de
63 especialistas que possam emitir parecer de que eles estão de acordo com as exigências
64 do Ministério da Educação. A presidente pede a palavra e apresenta o segundo ponto de
65 pauta: aprovação do regulamento interno do Conselho Superior do IFTO. O conselheiro

66 Paulo César inicia a leitura e do Título I, parágrafo primeiro e segundo. O conselheiro
67 observa que há uma repetição do termo Título I e artigo primeiro. O Conselheiro observa
68 ainda que no artigo segundo do Título I, das disposições preliminares, falta citar a
69 proveniência do Estatuto e que em muito se repetem os artigos primeiro e segundo. O
70 conselheiro propõe que essas repetições sejam alteradas e os artigos complementados. A
71 presidente pede a palavra e coloca a proposta em regime de votação. A proposta é
72 aprovada por unanimidade. O conselheiro Paulo César passa para a leitura do Título II, da
73 composição e competência. A conselheira Viviane Rodrigues Verdolin dos Santos,
74 representante da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado
75 do Tocantins, suplente, pede a palavra e observa que o capítulo I, da composição, artigo
76 primeiro, inciso V, a forma de eleição dos representantes egressos não é contemplada. O
77 Conselheiro Timóteo de Sousa Lemes, representante dos egressos, 1º titular, pede a
78 palavra e observa que as instituições devem dar mais condições para que os alunos
79 egressos possam participar efetivamente da vida da instituição e que para isso o Instituto
80 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia deve criar políticas específicas para fomentar
81 essa participação. O conselheiro Francisco Nairton do Nascimento, representante dos
82 diretores dos *Campi*, 2º titular, propõe que os representantes dos alunos egressos
83 estejam atuando no mercado de trabalho na sua área de formação. O conselheiro Paulo
84 César pede a palavra e propõe que a escolha dos alunos egressos deva ser feita pela
85 sociedade civil organizada ou pelas entidades de classes que representam esses
86 profissionais. O conselheiro Timóteo de Sousa Lemes pede a palavra e discorda da
87 proposta apresentada. O conselheiro propõe que os interessados se candidatem e depois
88 sejam escolhidos pelos seus pares. O conselheiro Getúlio de Souza Araújo, representante
89 do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Tocantins, suplente, pede a
90 palavra e propõe que os alunos egressos estejam organizados de alguma forma para
91 garantir e viabilizar a sua participação. O Conselheiro Fernando de Deus Santos,
92 representante dos egressos, 2º titular, pede a palavra e propõe que seja criada uma
93 associação dos alunos egressos do Instituto Federal do Tocantins e que essa associação
94 eleja os seus representantes. O Conselheiro Alfonso Siqueira D'império, representante
95 dos Diretores de *Campi*, pede a palavra e propõe que os representantes dos alunos
96 egressos possam ou não estar atuando na área, uma vez que considera discriminatória a
97 proposta de que seja dada oportunidade somente ao aluno egresso que esteja atuando
98 na sua área de formação. O conselheiro Cícero Salatiel Pereira Lopes, representante dos
99 técnicos administrativos, 1º titular, pede a palavra e propõe que seja feita a eleição pelos
100 seus pares independentemente de estarem ou não atuando no mercado de trabalho. O

101 conselheiro Francisco das Chagas Chaves da Rocha, representante dos técnicos
102 administrativos, 2º titular, propõe que o Instituto Federal de Educação, Ciência e
103 Tecnologia do Tocantins promova fóruns para fortalecer a categoria dos egressos, visto
104 que a indicação dos representantes dos alunos egressos por instituições não seria de
105 todo democrática. O conselheiro Danilo Gomes Martins pede a palavra e observa que não
106 é propósito do Conselho Superior viabilizar a criação de uma associação de egressos. O
107 conselheiro defende que se deve evitar esse tipo de preocupação, pois no futuro tornar-
108 se-á um processo complicado. O conselheiro Paulo César pede a palavra e faz uma
109 leitura de todas as propostas apresentadas. O conselheiro propõe que os dois
110 representantes dos egressos e iguais números de suplentes representantes possam ser
111 eleitos por seus pares em encontros promovidos pelo Instituto Federal de Educação,
112 Ciência e Tecnologia do Tocantins com essa finalidade e que seja assegurada a
113 participação dos alunos egressos de todos os *Campi*. A presidente coloca a proposta em
114 regime de votação. A proposta é aprovada por unanimidade. A presidente observa que
115 apesar de o regimento interno deixar essa lacuna, o Instituto Federal de Educação,
116 Ciência e Tecnologia do Tocantins tem o objetivo de fomentar a participação do egresso
117 tendo como iniciativa a criação e implantação do Observatório Nacional do mundo do
118 trabalho. A presidente esclarece que essa proposta será inserida no Regulamento Interno
119 e que depois será retificada no Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e
120 Tecnologia do Tocantins. O conselheiro Paulo César continua a leitura e questiona o
121 artigo terceiro no que se refere à existência de membros natos no Conselho Superior,
122 uma vez que há eleições. A presidente pede a palavra e observa que os incisos VII e VIII
123 deverão ser alterados para ficar de acordo com o decreto do Ministério da Educação, em
124 que compete ao reitor designar os representantes de que trata esses incisos. O
125 conselheiro Danilo Gomes Martins pede a palavra e faz uma observação referente ao
126 terceiro parágrafo no artigo terceiro. O conselheiro observa que, se caso o titular e o
127 suplente não puderem comparecer à reunião, quem representaria a instituição que eles
128 representam. O conselheiro Fernando Jorge Ebrahim Lima e Silva, representante dos
129 diretores dos *Campi*, 1º titular, esclarece que o número de titulares é igual ao número de
130 suplentes. O conselheiro Paulo César pede a palavra e informa que em caso de vacância
131 o suplente presidirá o lugar do titular e será realizada uma nova indicação de
132 representação de um suplente para cumprir o final do mandato. O conselheiro Artur
133 Ferreira Lima Neto, representante dos diretores dos *Campi*, 1º suplente, pede a palavra e
134 esclarece que a falta dos conselheiros é justificada e que somente a figura do presidente
135 não pode faltar. O conselheiro Paulo César continua a leitura e apreciação da minuta do

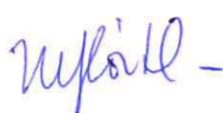
136 regimento interno do conselho superior. O conselheiro faz uma observação no artigo
137 quarto, inciso VII, no que se refere à aprovação ou não de contas. O conselheiro propõe
138 alteração nesse inciso, pois não compete ao Conselho Superior, órgão deliberativo,
139 aprovar ou não contas. Ele sugere que, antes das contas passarem pela apreciação do
140 Conselho Superior, a Auditoria Interna do Instituto Federal do Tocantins emita parecer
141 sobre a propriedade e regularidade dos registros. A presidente coloca a proposta de
142 alteração em regime de votação. A proposta é aprovada por unanimidade. O Conselheiro
143 continua a leitura da minuta. A presidente pede a palavra e faz uma observação no artigo
144 sexto, incisos I, II, VII e X, em relação ao termo colegiado, propondo a substituição desse
145 pelo termo conselho nos respectivos artigos. O conselheiro Paulo César propõe que os
146 incisos I e II do artigo sexto sejam fundidos. A presidente coloca as propostas em regime
147 de votação. As propostas são aprovadas por unanimidade. O conselheiro Paulo César
148 continua a leitura do documento. O conselheiro faz uma observação na letra *f* e *g* do
149 artigo oitavo, sugerindo que sejam acrescentados na letra *f* os casos em que as reuniões
150 sejam adiadas e na letra *g* os casos de alteração do calendário devidamente
151 homologados pelo presidente do Conselho Superior. O conselheiro Danilo Gomes Martins
152 pede a palavra e sugere uma alteração na letra *e* do mesmo artigo. O conselheiro propõe
153 que o membro titular, quando impedido de comparecer à reunião do Conselho Superior,
154 deverá comunicar não somente ao membro suplente, mas também a secretária do
155 Conselho Superior. A presidente pede a palavra e coloca as propostas de alteração em
156 regime de votação. As propostas são aprovadas por unanimidade. O conselheiro Paulo
157 César continua a leitura. O conselheiro Antônio Batista de Sá propõe alteração no
158 parágrafo sétimo do artigo oitavo. O conselheiro propõe que estando presente o titular, o
159 suplente poderá participar da reunião, sem direito a voto, mas com direito a voz. A
160 conselheira Viviane Rodrigues Verdolin dos Santos pede a palavra e observa que no
161 artigo nono, parágrafo quinto, não há necessidade do termo inciso III. A presidente pede a
162 palavra e coloca as propostas de alteração em regime de votação. As propostas são
163 aprovadas por unanimidade. O conselheiro Paulo César continua a leitura. O conselheiro
164 Paulo César propõe que no artigo onze seja acrescentado que quando convidados pelo
165 Conselho Superior, quaisquer cidadãos, pertencentes ou não ao quadro de pessoal do
166 Instituto Federal do Tocantins poderão participar das reuniões, sem direito a voto, mas
167 com direito a voz. A presidente coloca a proposta de alteração em regime de votação. A
168 proposta é aprovada por unanimidade. O conselheiro Paulo César continua a leitura e
169 propõe que no artigo quatorze, parágrafo primeiro, seja acrescentado que somente nos
170 casos em que sejam solicitados, os assuntos tratados e as opiniões expostas em cada

171 reunião serão registrados em ata, devendo conter as posições majoritárias e minoritárias
172 com seus respectivos votantes. A presidente pede a palavra e coloca a proposta de
173 alteração em regime de votação. A proposta é aprovada por unanimidade. O conselheiro
174 continua a leitura. A conselheira Viviane Rodrigues Verdolin dos Santos pede a palavra e
175 propõe que, no artigo décimo quinto, parágrafo primeiro, as propostas deverão ser
176 dirigidas ao Presidente do Conselho Superior, com antecedência mínima de, no mínimo,
177 05 (cinco) dias úteis, excluindo o dia da convocação e incluindo o da reunião, e
178 encaminhadas via gabinete da Reitoria, onde ocorrerá a sua autuação. O conselheiro
179 Paulo César pede a palavra e propõe que, no artigo décimo quinto, parágrafo segundo,
180 caso alguma proposta seja apresentada por escrito em reunião, deve ser justificada a
181 urgência, pelo Conselheiro na condição de titular. A presidente pede a palavra e coloca as
182 propostas de alteração em regime de votação. As propostas são aprovadas por
183 unanimidade. O conselheiro Paulo César continua a leitura e propõe que, no artigo
184 dezesseis, se substitua o termo *dará parecer* por *decidirá* e, no artigo dezessete, o termo
185 *reduzidas* por *registradas*. O conselheiro propõe ainda que o artigo dezoito seja
186 submetido à Procuradoria Geral para apreciação e emissão de parecer, antes que seja
187 aprovado pelo Conselho Superior e que se retire do artigo vinte a afirmação exercer tal
188 atividade, deixando apenas a qual compete. A presidente coloca as propostas de
189 alteração em regime de votação. As propostas são aprovadas por unanimidade. O
190 conselheiro continua a leitura. A presidente pede a palavra e propõe que, em virtude do
191 artigo vinte e dois, seja acrescentado um artigo no regulamento interno que expresse a
192 obrigatoriedade de convocação de uma reunião específica toda vez que for necessário o
193 regulamento sofrer alterações. A proposta é aprovada por unanimidade. A presidente
194 pede a palavra e retorna ao primeiro ponto de pauta: aprovação das resoluções *ad*
195 *referendum* do Conselho Superior. A presidente apresenta as resoluções *ad referendum*
196 002 do Conselho Gestor de 09 de novembro de 2009, referente à aprovação dos planos
197 do Curso Superior de Graduação Tecnológica em Gestão da Tecnologia da Informação e
198 do Curso de Licenciatura em Matemática do *Campus* Paraíso do Tocantins e a resolução
199 003 do Conselho Gestor de 09 de novembro de 2009, referente à aprovação do plano do
200 Curso Superior de Agronomia do *Campus* Araguatins. O conselheiro Paulo César pede a
201 palavra e sugere que esses projetos de cursos, antes de serem avaliados pelo Conselho
202 Superior, passem pela análise de especialistas que possam emitir parecer de que eles
203 estão de acordo com as exigências do Ministério da Educação. O conselheiro Cícero
204 Salatiel Pereira Lopes pede a palavra e sugere ainda, que além da legalidade, esses
205 especialistas devam avaliar se a criação desses cursos realmente respeitou o anseio e a

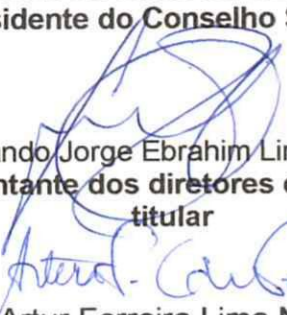
206 necessidade da comunidade. O conselheiro Paulo César pede a palavra e observa que a
207 preocupação do conselheiro Cícero Salatiel Pereira Lopes é válida. O conselheiro
208 Francisco Nairton do Nascimento pede a palavra e sugere que esse momento de análise
209 dos projetos de cursos seja um momento de unificação dos projetos de todos os cursos
210 de licenciatura do IFTO. A presidente coloca as propostas em regime de votação. As
211 propostas são aprovadas por unanimidade. A presidente expõe o último ponto de pauta:
212 possível data do processo de escolha do Reitor(a) e Diretor(a)-Geral *Campus* Palmas do
213 IFTO. O conselheiro Paulo César pede a palavra e propõe que as eleições ocorram no dia
214 vinte e dois de março do ano de dois mil e dez. O conselheiro Cícero Salatiel Pereira
215 Lopes pede a palavra e propõe que seja no dia vinte e três de março do ano de dois mil e
216 dez e que as atividades letivas sejam normais para assegurar a participação da
217 comunidade escolar. A conselheira Viviane Rodrigues Verdolin dos Santos pede a palavra
218 e observa que há um feriado no *Campus* Palmas no dia dezenove de março do ano de
219 dois mil e dez, sexta-feira, e que isso poderia diminuir a participação dos alunos se o
220 processo eleitoral ocorresse no dia vinte e dois de março, segunda-feira. O conselheiro
221 Danilo Gomes Martins pede a palavra e propõe que seja no dia vinte e três de março de
222 dois mil e dez, terça-feira, pois seria melhor para a comissão organizadora fazer os
223 últimos ajustes. O conselheiro Paulo César pede a palavra e reitera a proposta do
224 conselheiro Danilo Gomes Martins. A presidente coloca as propostas em regime de
225 votação. A proposta para que o processo eleitoral ocorra no dia vinte e três de março de
226 dois mil e dez é aprovada por unanimidade. O conselheiro Danilo Gomes Martins pede a
227 palavra e observa que os membros das comissões eleitorais precisam se reunir até a
228 próxima semana. O conselheiro propõe que os representantes de cada categoria eleita
229 para a formação das Comissões de *Campus* indiquem um representante da sua categoria
230 para formar a Comissão Eleitoral Central. A presidente coloca a proposta em regime de
231 votação. A proposta é aprovada por unanimidade. O conselheiro Francisco das Chagas
232 Chaves pede a palavra e propõe que a criação de uma comissão de ética, composta por
233 membros do Conselho Superior, para fiscalizar o processo eleitoral. O conselheiro Paulo
234 César informa que todos os membros do Conselho Superior devem exercer essa função e
235 que as Comissões Eleitorais estarão a frente desse processo e, portanto, não há
236 necessidade da criação de uma comissão de ética. Os conselheiros concordam com a
237 justificativa do conselheiro Paulo César. O conselheiro Francisco das Chagas Chaves
238 pede a palavra e solicita o seu desligamento da comissão de conselheiros responsáveis
239 pelo acompanhamento da constituição das comissões eleitorais. O visitante Adail Pereira
240 Carvalho pede a palavra e faz algumas ponderações sobre o processo eleitoral,



241 solicitando aos conselheiros presentes que ponderem as datas para que esse primeiro
242 processo de escolha do Reitor e Diretor-Geral de *Campus* do IFTO seja democrático. O
243 conselheiro Paulo César pede a palavra e justifica que os prazos já foram discutidos e
244 aprovados pelo Conselho Superior e que o Ministério da Educação considera o prazo é
245 suficiente. O conselheiro Paulo César solicita aos membros da comissão de conselheiros
246 responsáveis pelo acompanhamento da constituição das comissões eleitorais em cada
247 *Campus* que esclareçam como ocorreu o processo em cada *Campus*. Após os relatos dos
248 conselheiros, o conselheiro Paulo César propõe que o conselho homologue os resultados
249 e que a presidente faça uma resolução. A proposta é aprovada por unanimidade.
250 Encerrados os informes, discussões e propostas, e não havendo mais nada a se tratar,
251 encerra-se a reunião. Eu, secretária do Conselho Superior Elaine Barbosa Caldeira
252 Gonçalves, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim,
253 pela presidente e demais membros do Conselho Superior.


Maria da Glória Santos Laia
Presidente do Conselho Superior

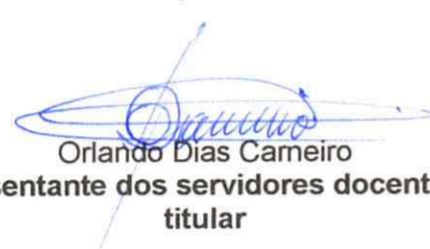

Paulo César Pereira
Representante titular do Ministério da Educação


Fernando Jorge Ebrahim Lima e Silva
Representante dos diretores dos Campi-1º titular

Francisco Nairton do Nascimento
Representante dos diretores dos Campi-2º titular


Artur Ferreira Lima Neto
Representante dos diretores dos Campi -1º suplente

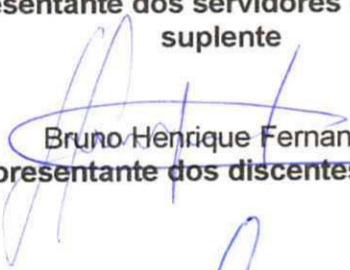
Roberto Lima Sales
Representante dos diretores dos Campi -2º suplente


Orlando Dias Carneiro
Representante dos servidores docentes -1º titular

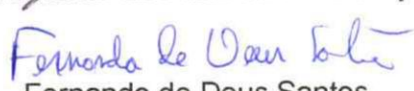

Danilo Gomes Martins
Representante dos servidores docentes -2º titular

AUSENTE
Fábio Silveira Vidal
Representante dos servidores docentes -1º suplente

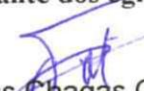

Jefferson Souza Noronha
Representante dos discentes-1º titular

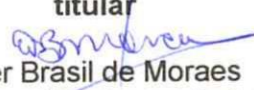

Bruno Henrique Fernandes
Representante dos discentes-2º titular

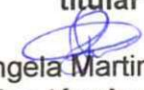

Albert Lennon Lima Martins
Representante dos discentes-1º suplente


Fernando de Deus Santos
Representante dos egressos-1º titular


Cícero Salatiel Pereira Lopes
Representante dos técnicos administrativos-2º titular


Francisco das Chagas Chaves da Rocha
Representante dos técnicos administrativos-2º titular


Éder Brasil de Moraes
Representante dos técnicos administrativos-1º suplente


Rozangela Martins da Silva
Representante dos técnicos administrativos-2º suplente

Marco Aurélio Leal
Representante suplente da Federação do Comércio do Estado do Tocantins

Viviane Rodrigues Verdolin Santos
Representante suplente da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins

Altelianna de Fátima Lopes
Representante titular do Sindicato da Indústria

Antônio Batista de Sá
Representante titular da Federação dos

da Construção Civil do Estado do Tocantins

Trabalhadores na Agricultura do Estado do
Tocantins

Timóteo de Sousa Lemes
Representante dos egressos-2º titular

Wellington Dias da Silva
Representante dos egressos-1º suplente

Mirian Rodrigues do Rosário Santos
Representante titular da Federação do
Comércio do Estado do Tocantins

Getúlio de Souza Araújo
Representante do Sindicato dos Trabalhadores
em Saúde do Estado do Tocantins

Elaine Barbosa Caldeira Gonçalves
Secretária do Conselho Superior